

Sunder

O clima que cerca o início da renegociação externa

A análise contida no último número do boletim World Financial Markets, editado pelo Morgan Guaranty Trust, de Nova York, sobre a economia brasileira não apresenta críticas mais contundentes à política em vigor do que as que têm sido feitas internamente por uma corrente de economistas e empresários. O trabalho é bastante ponderado e reconhece méritos no Plano Cruzado, principalmente pelas perspectivas que descortina para a economia nacional. "O notável sucesso alcançado até agora pelo Plano Cruzado no combate à inflação", diz o Morgan, "e os ganhos que o Brasil consolidou nos últimos anos no setor externo da economia abriram uma oportunidade histórica para o Brasil."

A parte mais interessante do artigo, no entanto, diz respeito à dívida externa, sabido que o Morgan é um dos principais credores do Brasil, tendo desempenhado um papel saliente nas negociações realizadas desde 1982. Significativamente, a publicação sugere que o Brasil reduza o endividamento bruto para menos de US\$

100 bilhões, utilizando parte das reservas cambiais para fazer amortizações e adotando medidas destinadas a atrair investimentos externos, acompanhadas de uma "flexibilização das restrições no mercado paralelo de câmbio, bem como da introdução de um mecanismo de conversão da dívida em ativos semelhante ao adotado pelo governo do Chile".

Antes de entrarmos na análise dessas proposições, convém advertir que se tornarão cada vez mais frequentes de ora em diante, à medida que nos aproximamos da renegociação maciça da dívida externa, os comentários na imprensa internacional, atribuídos ou não a banqueiros, sobre o que o País pode ou não conseguir. E, naturalmente, não faltarão também os "mal-entendidos" envolvendo posturas ou declarações de autoridades brasileiras. O noticiário dos últimos dias, por exemplo, nos deu conta da distorção de que foram objeto as declarações do secretário geral da Seplan, Henri-Phillipe Reichstul, ora em visita ao Japão.

Tudo isso compõe o clima que

cerca negociações delicadas como as que o Brasil vai empreender em futuro próximo. Especificamente quanto à proposta do Morgan de o Brasil utilizar reservas para amortizar o principal da dívida, custa a crer que ela tenha sido feita a sério. Uma iniciativa desse tipo só tenderia a enfraquecer a posição negociadora do nosso lado, pois o País se tornaria mais vulnerável a uma crise cambial. Da mesma forma, liberalizar o mercado paralelo do dólar seria abrir a porta à evasão de capitais. O País deseja atrair investimentos externos, mas sem que isso acarrete um processo acentuado de desnacionalização da economia, como deve ocorrer no Chile, cujo governo, diga-se de passagem, não é parâmetro para absolutamente nada.

O Morgan afirma que o Brasil pode voltar ao mercado internacional de crédito, mas, para isso, precisaria reduzir a relação entre as exportações e a dívida bruta, atualmente de 340%, para 200 a 250%, como a Colômbia, a Grécia e a Turquia, que estão recebendo empréstimos em moeda. O ban-

co, porém, não menciona o fato de que nenhum desses países apresenta superávits comerciais comparáveis aos do Brasil. Quando fala no baixo nível das importações brasileiras, a publicação o faz para criticar, alegando que as nossas compras externas são baixas "mesmo em comparação com a Índia".

"E a mesma incompreensão de sempre. O governo brasileiro gostaria de expandir as importações, inclusive para sustentar o crescimento econômico previsto. Mas só pode fazê-lo em escala limitada, enquanto persistirem as restrições às exportações e, igualmente importante, tiver de fazer transferências reais de recursos ao exterior da ordem de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões ao ano. E, para isso, se não forem limitadas as remessas de juros, necessita receber investimentos e voltar a ter acesso ao crédito internacional. Em conclusão, o que o Brasil deseja é renegociar a dívida em bases mais equânimes para que possa continuar crescendo, e isso interessa à saúde da economia mundial. O resto é "lobby".